



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE

PAPA PAULO VI

PARA A CELEBRAÇÃO DO

VII DIA MUNDIAL DA PAZ

1 DE JANEIRO DE 1974

A PAZ TAMBÉM DEPENDE DE TI

Ouvi-me, uma vez ainda, ó homens que chegastes ao limiar do novo ano de 1974 !
Ouvi-me, repito: estou diante de vós, em acto de humilde súplica, de veemente súplica!
Vós já o adivinhais, naturalmente: eu quero falar-vos, uma vez mais, da Paz.

Sim, da Paz. Vós pensais, talvez, conhecer tudo o que diz respeito à Paz; já se tem falado tanto dela, da parte de todos! O simples facto de a nomear, com tanta frequência e por toda a parte, provoca talvez já uma sensação de saturação, de aborrecimento e, porventura, mesmo o receio de que isso esconda sob a fascinação da palavra, uma ilusória magia, um nominalismo apenas retórico e já gasto pelo abuso, e até mesmo um encantamento perigoso. A história dos nossos dias, caracterizada por episódios atrozes de conflitos internacionais, por implacáveis lutas de classes, por explosões de liberdades revolucionárias, pela repressão dos direitos e das liberdades fundamentais do homem e por imprevistos sintomas de precariedade económica mundial, parece querer demolir, como se da estátua de um ídolo se tratasse, o ideal triunfante da Paz. Àquele nominalismo vazio e imbele, que ela parece adoptar no meio da experiência política e ideológica destes últimos tempos, agora novamente se prefere o realismo dos factos e dos interesses; e o homem volta a ser considerado como o eterno problema insolúvel, de um auto-conflito vivente: o homem é assim; um ser que leva no coração o destino da luta fraterna.

Em contraposição a este realismo renascente e cru, nós apresentamos, não um nominalismo,

vencido por novas e prepotentes experiências, mas sim, um idealismo invicto: o idealismo da Paz, destinado a uma progressiva afirmação.

Acreditai, homens irmãos, homens de boa vontade, homens sábios, homens que sofreis, na nossa repetida e humilde palavra, no nosso brado incansável. A Paz é o ideal da humanidade. A Paz é necessária. A Paz é obrigatória. A Paz é vantajosa. Não é uma ideia ilógica e fixa, esta nossa: não é uma obsessão, ou uma ilusão. É uma certeza; sim, uma esperança, que tem por si o futuro da civilização, o destino do mundo. Sim, a Paz!

Nós estamos de tal modo convencido de que ela, a Paz, é a meta da humanidade, em vias de tomar perfeita consciência de si mesma e de desenvolvimento civil, sobre a face da terra, que hoje, para o novo ano e para os anos vindouros, ousamos proclamar, como já fizemos o ano passado: a Paz é possível.

Se bem repararmos, de facto, aquilo que, no fundo, compromete a solidez da Paz e o desenrolar-se da história em seu favor, é a convicção secreta e céptica de que ela é praticamente impossível. O contrário disto, pensa-se sem o dizer, é uma concepção belíssima e uma ótima síntese das aspirações humanas; mas, não passa de sonho poético e de utopia falaz. Uma droga inebriante, mas que debilita. E, com inevitável lógica, ressurgem ainda nos espíritos a ideia de que aquilo que conta é a força: o homem, quando muito, conseguirá reduzir ao equilíbrio o contraste que mantêm entre si as forças, no seu conjunto; mas a organização humana não poderá nunca prescindir da força.

Devemos deter-nos aqui um instante, a considerar esta objecção capital, para esclarecer um possível equívoco. Ou seja: o confundir-se a Paz com a fraqueza, não simplesmente física, mas moral; com a renúncia ao verdadeiro direito e à justiça equitativa; com a fuga ao risco e ao sacrifício; com a resignação pávida e súcuba à prepotência de outrem e, por conseguinte, que aquiesce à própria escravidão. Nada disto é a autêntica Paz. A repressão não é a Paz. A ignávia não é a Paz. A acomodação puramente exterior e imposta pelo medo não é a Paz. A comemoração recente do XXV Aniversário da Declaração dos Direitos do Homem recorda-nos que a Paz verdadeira deve estar fundada sobre o sentido da inviolável dignidade da pessoa humana, da qual dimanam intocáveis direitos e respectivos deveres.

É verdade também que a Paz tem de aceitar obedecer à lei justa e à autoridade legítima; mas jamais poderá alhear-se da razão do bem comum e da liberdade moral dos homens. A Paz pode ter que chegar mesmo a fazer renúncias graves, na competição pelo prestígio, na corrida aos armamentos, no esquecimento das ofensas e na remissão das dívidas; terá que ir até ao ponto da generosidade do perdão e da reconciliação. Mas isso nunca por um servil mercadejar a dignidade humana; nunca para tutelar os próprios interesses egoístas, com prejuízo dos interesses legítimos dos outros; nunca por vileza. A Paz não existirá nunca sem a fome e sede de justiça; ela não deve nunca esquecer o esforço que é preciso envidar para defender os fracos, para socorrer

os pobres e para promover a causa dos humildes; ela jamais cometerá traição alguma, para poder viver as superiores razões da vida (cf. *Jo.* 12, 25).

Não obstante tudo isto, a Paz jamais deve ser considerada uma utopia. A certeza da Paz não consiste apenas no ser; mas, para além disso, no devir. De modo análogo à vida do homem, ela é algo dinâmico. O seu reino estende-se ainda e principalmente no campo deontológico, isto é, na esfera dos deveres. Assim, a Paz é algo que se deve, não apenas manter, mas produzir. Portanto, a Paz está e deve mesmo estar, em fase de contínua e progressiva afirmação. Até diremos mais: a Paz é possível, somente se for considerada obrigatória. E não basta sequer que ela se ache estabelecida sobre a convicção, habitualmente justíssima, de que a mesma é vantajosa. Ela deve entrar nas consciências dos homens como uma suprema finalidade ética, como uma necessidade moral, uma *ἀνάγκη* (um imperativo) que deriva das exigências intrínsecas da convivência humana.

Esta descoberta, porque é mesmo assim no processo positivo da nossa racionalidade, dita-nos alguns princípios, dos quais nunca devemos afastar-nos. E, em primeiro lugar, ilumina-nos ela acerca da natureza primigénia da Paz, que é, antes de tudo o mais, uma idéia. Ela é um axioma interior, um tesouro do espírito. A Paz deve germinar duma concepção fundamental e espiritual da humanidade: a humanidade deve ser pacífica, que o mesmo é dizer, unida, coerente consigo própria e solidária na profundidade do seu ser. A falta desta concepção radical tem sido, e continua ainda hoje a ser, a origem profunda das desgraças, que assolaram a história. Conceber a luta entre os homens, como uma exigência estrutural da sociedade não constitui apenas um erro óptico-filosófico, mas também um crime potencial e permanente contra a mesma humanidade. A civilização precisa de se redimir, finalmente, daquela antiga, supérstite e sempre operante falácia: *homo homini lupus*. Ela lavra pelo mundo desde Caim para cá. O homem de hoje, no entanto, há-de ter a coragem moral e profética para se libertar dessa nativa ferocidade, e chegar à conclusão que se impõe, que é precisamente a idéia da Paz, como algo essencialmente natural, necessário, obrigatório e, por isso mesmo, possível. Importa pensar, daqui para diante, a humanidade, a história, o trabalho, a política, a cultura e o progresso, em função da Paz.

Mas, para que serve afinal esta idéia, espiritual, subjectiva, interior e pessoal, ou o que é que ela vale, assim desarmada, e tão distante das vicissitudes vividas, eficazes e formidáveis da nossa história? Nós devemos registar, infelizmente, que pouco a pouco, à medida que a trágica experiência da última guerra mundial declina na esfera das recordações, se verifica uma recrudescência de espírito contencioso entre as Nações e na dialética política da sociedade; hoje, o potencial de guerra e de luta aumentou muito, e não diminuiu, em relação àquele de que dispunha a humanidade antes das guerras mundiais. Mas então, poderá objectar-nos um observador qualquer, não vedes que o mundo se encaminha para conflitos ainda mais terríveis e horrendos do que os do passado? Não vedes, acaso, a pouca eficácia da propaganda pacifista e a não bastante incidência das instituições internacionais, que surgiram durante a convalescença do mundo, ainda ensanguentado e extenuado pelas guerras mundiais? Para onde se encaminha

o mundo afinal? Não se estará ele a preparar, ainda uma vez, para conflitos bem mais catastróficos e execráveis? Ai de mim! Deveríamos ficar calado perante raciocínios tão adstringentes e desapiedados, como diante de um destino desesperado.

Mas não! Somos também nós, porventura, cego? Somos, acaso, ingénuo? Não, homens Irmãos! Nós estamos seguro de que a nossa causa, a causa da Paz, deverá prevalecer. E isso, primeiro que tudo, porque ela, a idéia da Paz, não obstante as loucuras da política contrária, já se acha vitoriosa no pensamento de todos os homens responsáveis. E Nós temos confiança na sua sapiência moderna, e na sua enérgica habilidade: nenhum Chefe de Povo pode querer hoje a guerra; todos aspiram pela Paz geral do mundo. É uma coisa grandiosa! Nós ousamos mesmo esconjurá-los a nunca desmentirem o seu, ou antes, o comum programa da Paz!

Segundo: São as idéias, ainda mais e ainda primeiro do que os interesses particulares, que guiam o mundo, apesar das aparências contrárias. Se a idéia da Paz vier a conquistar efectivamente o coração dos homens, a mesma Paz será salva; ou melhor dito, ela salvará os homens. É supérfluo estarmos aqui, neste nosso discurso, a despender palavras para demonstrar a potência hodierna da idéia que se torna pensamento do Povo, quer dizer, da opinião pública; hoje em dia, a idéia é a rainha que governa de facto os Povos; o seu influxo imponderável forma-os e orienta-os; e, depois, são os Povos, isto é, a opinião pública operante, a governar os governantes. Em grande parte, pelo menos, é assim.

Terceiro ponto, então: Se a opinião pública se eleva destarte a coeficiente determinante do destino dos Povos, o destino da Paz também depende de cada um de nós. Efectivamente, cada um de nós faz parte do corpo civil operante sobre a base de um sistema democrático, o qual, revestindo várias formas e em diversa medida, caracteriza hoje a vida das Nações modernamente organizadas. Era isto, portanto, que queríamos dizer: a Paz é possível, se cada um de nós a quiser; por outras palavras, se cada um de nós amar a Paz, educar e formar a própria mentalidade para a Paz, defender a Paz e trabalhar pela Paz. Cada um de nós deve ouvir na própria consciência o obrigatório apelo: *A Paz também depende de ti.*

A influência individual sobre a opinião pública, certamente, não pode ser senão infinitesimal; mas nunca será vã. A Paz vive das adesões - muito embora se processem a nível individual e no anonimato - que as pessoas lhe dão. E todos sabemos bem como é que se forma e se manifesta o fenómeno da opinião pública: uma afirmação séria e enérgica é facilmente difusiva. A afirmação da Paz, de individual, deve tornar-se colectiva e comunitária; deve tornar-se afirmação de um Povo e da Comunidade dos Povos; e, depois, convicção, ideologia e acção; deve conseguir penetrar o pensamento e a actividade das novas gerações e invadir o mundo, a política, a economia, a pedagogia, o futuro e a civilização. E isso, não por instinto de medo ou de fuga, mas por força do impulso criador da história nova e da construção nova do mundo; não por ignávia ou por egoísmo, mas sim em base a vigor moral e a um acrescido amor para com a humanidade. A Paz é coragem, é sapiência e é dever; e, por fim, ela é, além disto, interesse e felicidade.

Tudo isto vos ousamos dizer, homens Irmãos, a vós, homens deste nosso mundo, se tendes na mão, por qualquer título, o leme do mesmo mundo - homens de comando, homens de cultura e homens de negócios: é necessário dar à vossa acção um rumo firme e esclarecido, na direcção da Paz. Ela precisa de vós. Se vós quiserdes, podeis! *A Paz depende também e especialmente de vós.*

Aos nossos Irmãos na fé e na caridade, de modo particular, reservaremos também uma palavra, e esta mais confiante e mais instante: não temos nós, porventura, possibilidades nossas, originais e sobre-humanas, com que concorrer, juntamente com os promotores de Paz, para tornar válido o seu esforço, o esforço comum, aliás, a fim de que, com eles, Cristo a todos nos qualifique, de acordo com a bem-aventurança do Evangelho, como filhos de Deus (cf. *Mt. 5, 9*)? Não poderemos nós pregar a Paz, antes de mais nada, nas consciências? E quem, mais do que nós, estará obrigado a ser, com as palavras e com o exemplo, mestre de Paz? E como poderemos nós, ainda, sufragar a obra da Paz, em que a causalidade humana se eleva ao seu nível mais alto, senão mediante a inserção na causalidade divina, disponível à invocação das nossas preces? E, enfim, poderíamos nós, acaso, ficar insensíveis àquela herança de paz que Cristo - e Cristo somente - nos deixou, quando vivemos num mundo que a não pode dar perfeita, essa paz de Cristo transcendente e inefável? E não podemos, por fim, nós precisamente, conferir plenitude à imploração da Paz, com aquele humilde e amoroso vigor, ao qual a misericórdia divina não resiste (cf. *Mt. 7, 7 ss; Jo. 14, 27*)? É maravilhoso: a Paz é possível, e ela depende também de nós, por Cristo, nossa Paz (*Ef. 2, 4*).

Disso seja penhor a nossa pacificadora Bênção Apostólica.

Vaticano, 8 de Dezembro de 1973.

PAULUS PP. VI